timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 132 JANEIRO 1997

TIMOR LESTE 1996: UM BALANÇO EM SEIS PONTOS

Alguns aspectos fundamentais da evolução do problema de Timor Leste ao longo de 1996

Mais do que pretender elaborar uma listagem exaustiva ou estabelecer uma hierarquia rigorosa de importância entre a multiplicidade de acontecimentos ocorridos no ano findo, tenta-se neste texto identificar as trajectórias e tendências de fundo da questão de Timor Leste nesse período. O que se apresenta é pois uma leitura bastante resumida do que nos parecem ser os aspectos fundamentais da evolução do problema em 1996. Em vez da abordagem temática habitual, optámos antes por dar destaque a um número limitado mas representativo de aspectos, tentando naturalmente não deixar de passar em revista áreas fulcrais como a Resistência, a acção diplomática ou o contexto internacional.

A ERUPÇÃO RELIGIOSA

Mantendo-se no território um quadro geral repressivo de extrema gravidade, o padrão de conflitualidade urbana em Timor Leste registou algumas alterações importantes no decurso de 1996, relativamente ao ano anterior.

Em primeiro lugar, o grau de conflitualidade parece ter-se reduzido, pelo menos a avaliar pela quantidade de incidentes conhecidos e pelo nível de violência associado, nomeadamente o número de mortos. Mesmo assim, houve que bastasse. Numa inventariação sumária das acções de resistência urbana, mais ou menos violentas, teriam de ser mencionadas: o motim na cadeia de Becora, Díli, em Janeiro; a manifestação de estudantes durante visita a Díli de bispos católicos estrangeiros, em Fevereiro; os confrontos com emigrantes indonésios e a subsequente destruição de bens, motivados pela profanação de igrejas cristãs por militares, em Viqueque e Baucau, respectivamente em Maio e Junho; as duas centenas de jovens reunidos no cemitério de Santa Cruz para assinalarem o aniversário do massacre; os milhares de timorenses que se manifestaram em Díli, Baucau e outras localidades em apoio do bispo Belo, atacado pela imprensa indonésia, em Novembro; as várias dezenas de milhares de timorenses que receberam apoteoticamente Ximenes Belo no regresso de Oslo, ocasião em que se assinalaram confrontos violentos com outros timorenses a soldo dos serviços secretos indonésios, em Dezembro.

O segundo aspecto a destacar é a existência de um traço comum a praticamente todos os incidentes referidos, a componente religiosa: mais do que no passado, reforçou-se em 1996 o papel do fenómeno religioso como força motriz e elemento catalisador por excelência dos protestos populares. Outros elementos relevantes - embora já menos novidade - são também a amplitude geográfica dos mesmos (com cobertura à escala nacional) e a envergadura verdadeiramente massiva de algumas dessas manifestações.

NEGOCIAÇÕES EM PONTO MORTO

O processo negocial envolvendo Portugal e Indonésia, com mediação da ONU, marcou passo em 1996.

O ano começou vistosamente, com uma investida portuguesa - a declaração de disponibilidade do recém-empossado MNE Jaime Gama para se encontrar com Xanana Gusmão em Jacarta (Janeiro) - a que se seguiu o brilharete mediático de Guterres na cimeira UE/ASEAN, em Banguecoque (Fevereiro). Suharto foi então confrontado com a proposta portuguesa de aceitação do estabelecimento de

neste número:

TIMOR LESTE: UM BALANÇO DE 96

RECONHECIMENTO E PRIORIDADE

TIMOR LESTE: ÍNDICE DE 1996

secções de interesses, em troca duma melhoria efectiva da situação dos direitos humanos no território - a ser comprovado internacionalmente - e da libertação dos presos políticos timorenses. Infelizmente as duas rondas negociais inter-ministeriais, em Janeiro e Junho, não trouxeram qualquer avanço palpável ao processo, nem aquela proposta parece ter tido qualquer acolhimento posterior por parte da Indonésia. O máximo que se extrai do comunicado do 8º encontro de MNE é a referência a terem sido discutidas com mais detalhe "questões substantivas" do problema (quais?) e a intenção da futura abertura de um Centro Cultural em Díli.

A participação da parte timorense no processo negocial também não registou qualquer progresso, limitando-se ao prosseguimento do diálogo intra-timorense, cujo segundo encontro, em Março, foi totalmente manipulado pela Indonésia, perante a complacência da ONU. Persistem sérias dúvidas sobre o interesse em prosseguir um processo que se arrasta sem quaisquer resultados palpáveis e que objectivamente para pouco mais tem servido, além do branqueamento da imagem internacional da Indonésia.

DIPLOMACIA: ENTRE RECUOS E AVANÇOS

Ao contrário dos escassos desenvolvimentos ocorridos em sede de negociação bilateral entre Portugal e Indonésia, as restantes componentes diplomáticas verificaram uma dinâmica notável em 1996.

Os quase únicos - mas extremamente importantes - êxitos indonésios aconteceram na Comissão e na Subcomissão de Direitos Humanos da ONU. No primeiro caso, foi adoptada uma declaração por consenso sobre Timor Leste cujo texto fica, em termos de rigor e exigência, a anos-luz dos aprovados em 1993 e 1994 ("*desastrosa*", era a avaliação que fazíamos desta declaração na edição de Abril deste boletim). Nesta derrota houve culpas por parte da UE, com uma estratégia negocial em Genebra excessivamente recuada, mas principalmente de Portugal que não soube fazer valer os seus pontos de vista. Já na Subcomissão, Portugal falhou a eleição de um perito seu e não conseguiu que fosse aprovada qualquer declaração sobre a questão.

Quanto aos avanços diplomáticos, houve vários e bastante diversificados. Na Austrália, um novo Governo entrou em funções em Março e houve ligeiras alterações na política externa do país: nesse mês o embaixador australiano em Jacarta é enviado a Timor, em Junho um relatório oficial responsabiliza a Indonésia pela morte de jornalistas estrangeiros em Timor Leste em 1975, em Outubro o Senado australiano aprova uma moção em favor da autodeteminação do território. Na Alemanha, a questão também ganhou visibilidade: em Abril, o embaixador indonésio em Bona é instado a dar explicações sobre a expulsão violenta de jovens timorenses da Embaixada alemã em Jacarta; depois disso, em duas ocasiões, o chanceler Kohl expressou publica preocupação sobre a situação vivida na ilha (em Outubro, durante a sua visita à Indonésia e em Dezembro, após o encontro com o bispo Belo).

Também o papa João Paulo II se manifestou por duas vezes em favor de uma solução para Timor Leste: durante o encontro com os bispos indonésios, em Setembro e na audiência com Ximenes Belo, em Dezembro, o que não impediu que o Vaticano continue a manter a sua posição de ambiguidade na matéria.

Refiram-se ainda a condenação do regime indonésio em matéria de direitos humanos pelo Departamento de Estado dos EUA, em Março (embora em Abril o Congresso se tenha decidido pela retoma parcial do programa IMET) e pelo Parlamento belga, em Novembro. Vitórias indiscutíveis foram a tomada de posição comum da UE sobre Timor Leste, a primeira no âmbito dos mecanismos da Política Externa e de Segurança Comum, divulgada em Junho e (indirectamente) a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU.

Em termos gerais, poder-se-á dizer que é visível uma evolução positiva ao nível das tomadas de posição pública dos Estados, infelizmente pouco ou nada sentida ainda no domínio prático, nomeadamente económico, das relações com a Indonésia.

(Conclui no próximo número)

RECONHECIMENTO E PRIORIDADE

A atribuição do Prémio Nobel da Paz mostrou que chegou a hora de colocar Timor Leste na agenda das questões internacionais a resolver com carácter de prioridade.

Toda a tese de Jacarta - de que os timorenses já escolheram o seu destino, através da integração na Indonésia - mais uma vez debilmente explanada pelo seu embaixador em Nova Iorque, Nugrowo Wisnumurti, perante as câmaras da CNN, foi arrasada pela clareza com que o Comité Nobel justificou a escolha dos dois laureados de 1996: "*Em 1975, a Indonésia tomou controlo de Timor Leste e começou a oprimir sistematicamente a população. Nos anos que se seguiram, foi estimado que um terço da população de Timor Leste perdeu a vida, devido à fome, à doença, à guerra e ao terror.*" O Comité disse esperar assim "*apoiar os esforços para encontrar uma solução diplomática para o conflito de Timor Leste, baseado no direito dos povos à autodeterminação.*"

Num mesmo dia, a 10 de Dezembro, e apesar de todos os esforços da Indonésia para minimizar os acontecimentos, chegou para a causa timorense a consagração através de dois dos símbolos mais poderosos na nossa sociedade global: o Prêmio Nobel da Paz e a CNN.

ISOLAMENTO INTERNACIONAL

Uma primeira consequência da decisão do Comité Nobel é a de dar visibilidade ao crescente isolamento internacional a que a Indonésia se tem exposto, por causa da sua política relativa a Timor Leste e, ultimamente, devido à forma como

tem respondido aos anseios de abertura e democratização por parte de forças sociais e políticas internas.

Sintomáticos são os resultados de um inquérito realizado pela revista *Far Eastern Economic Review* a dirigentes de grandes empresas asiáticas: 75% do universo definido pensa que é justificada a escolha de D. Ximenes Belo e de Ramos-Horta como recipientes do Prémio Nobel e 64% acha que a Indonésia deveria aceitar a "*secessão*" de Timor Leste (neste caso estão incluídos 82% dos inquiridos nas Filipinas, 73% no Japão, 67% em Singapura e na Coreia do Sul, 53% na Malásia).

A 26 de Novembro a *France Press* noticiava que o reitor da Universidade de Diponegoro, em Semarang (Java central), professor Muladi, tinha dito publicamente que a Indonésia se estava a tornar vulnerável à condenação internacional devido a "*um erro colectivo, difícil de corrigir seja por que meio fôr, enquanto não resolvermos a questão de Timor Leste. (...) Se estas fraquezas não forem efectivamente ultrapassadas, continuaremos a ser o alvo de ataques por parte de irresponsáveis no estrangeiro*".

Um outro académico, o sociólogo Sardjono Jatiman, tinha já declarado ao diário *Jakarta Post*, a 19 de Novembro: "*Estaremos a aplicar a visão correcta para o desenvolvimento da província? É verdade que houve um enorme desenvolvimento físico, mas isso não é o aspecto mais importante do desenvolvimento. Há muitos aspectos importantes para além desse, especialmente o aspecto cultural*".

O PAPEL DA IGREJA

O bispo Ximenes Belo é o primeiro prelado católico a ser distinguido com o Prémio Nobel da Paz. Uma honra e uma alegria para o Vaticano, não fosse a situação apresentar-se tão "complexa" para a diplomacia de Sua Santidade.

Em poucas semanas, os sinais emitidos desde a praça de S. Pedro são, como sempre, contraditórios. Um representante do Vaticano, Mons. Etchgaray, Presidente da Comissão pontifícia Justiça e Paz, que no início do ano estivera em Díli e produzira, no seguimento dessa visita, algumas palavras mais claras de denúncia da situação, acompanhou, visivelmente satisfeito, todas as cerimónias realizadas em Oslo. De um encontro relâmpago com João Paulo II, o laureado afirmou ter recebido um encorajamento para prosseguir no caminho da paz. No final do ano, a Santa Sé anunciou, finalmente, a criação de uma segunda diocese em Timor Leste - a de Baucau - para cuja chefia nomeou o Pe. Basílio Nascimento.

Mas se o nome indigitado não corresponde ao que a Indonésia gostaria, o comunicado que tornou pública a decisão, da responsabilidade da sala de imprensa da Santa Sé, refere explicitamente que "*Timor Oriental, ex-colónia portuguesa, foi integrada na República da Indonésia a 17 de Julho de 1976, tornando-se assim a 27ª província deste país*". E já antes, o Vaticano tinha jogado um papel fundamental ao negociar com Jacarta os termos em que o bispo Belo poderia deslocar-se a Oslo. "*Um funcionário norueguês disse que o comportamento apagado do bispo e a sua dissociação de Ramos-Horta durante a estada em Oslo para a cerimónia do Prémio Nobel, era o resultado de negociações entre a Indonésia e o Vaticano. 'Se ele não fizesse assim', disse o funcionário, 'a Indonésia não permitiria o seu regresso a casa.'* (*New York Times*, 11/12/96). Do mesmo pacote de compromissos fazia parte a indisponibilidade do laureado em visitar Portugal, após a entrega do Prêmio, onde seria agraciado, conjuntamente com Ramos-Horta, com a Ordem da Liberdade (também já atribuída pelo anterior Presidente da República a Xanana Gusmão). E foi justamente durante este período de "negociações" que o governo indonésio orquestrou toda a campanha de intimidação do prelado timorense, sem que o Núncio Apostólico em Jacarta tivesse esboçado um gesto visível de sinal contrário.

Não é certamente por acaso que a Indonésia retirou, de repente, o seu embaixador em Atenas, onde se encontrava há apenas cerca de um ano, para o colocar no Vaticano - decisão inesperada, conforme sublinharam todos os observadores. Isso só prova que Jacarta compreendeu a importância acrescida que a figura do bispo Ximenes Belo e a Igreja local, dependente directamente da Santa Sé, ganharam neste novo contexto.

UMA NOVA FASE

Em Dezembro também houve três acontecimentos, de natureza diversa, mas que poderão vir a ter um impacto significativo no evoluir da situação em Timor Leste: a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU, o apoio prometido pela União Europeia à realização de projectos de desenvolvimento no território, promovidos por organismos não-governamentais e a eleição do novo secretário-geral das Nações Unidas.

Todas estas condições configuram uma nova fase. Há questões que se tornaram irreversíveis. Há outras que se tornaram urgentes e determinantes para o prosseguimento do processo de paz. E outras ainda que não podem, de maneira nenhuma, vir a contradizer os sinais emitidos pela decisão do Comité Nobel. Se o soubermos aproveitar, o tempo corre a favor da liberdade do povo timorense.

O bispo Belo lançou um apelo, durante o seu discurso de aceitação do Prémio, e repetiu-o num artigo no *New York Times* publicado no mesmo dia 10 de Dezembro - o da libertação dos presos políticos, como gesto que poderia mais facilmente conduzir a uma solução negociada do conflito. Ramos Horta relembrou a actualidade do Plano de Paz proposto pelo CNRM, no qual se referem como medidas urgentes o estabelecimento de uma presença permanente das Nações Unidas no território e uma redução das tropas indonésias aí estacionadas.

Aproximam-se alguns testes decisivos, se bem que num quadro nem sempre fácil. A partir de Março, na Comissão de Direitos Humanos é imperativo inverter-se a tendência dos últimos anos e trabalhar no sentido de que seja aprovada uma resolução clara e forte, nomeadamente condenando a Indonésia por todos os compromissos que assumiu perante este órgão da ONU e que, finalmente, nunca se dignou cumprir, e encontrando formas de acompanhar de perto e com rigor o evoluir da situação no território. Assumindo a Holanda - antiga potência colonizadora da Indonésia - a presidência da UE neste período, serão de esperar da parte desta os maiores obstáculos à prossecução desta política.

Os encontros intratimorenses, cuja terceira etapa não está ainda marcada, terão de ganhar dinâmica própria e ser um terreno de afirmação política da principal parte interessada no conflito. A atribuição do Nobel poderá ser um excelente estímulo para este desenvolvimento.

A próxima ronda negocial tripartida poderá marcar um estilo e obter resultados significativamente diferentes do passado. As declarações do novo secretário-geral e a fragilidade da posição indonésia isso fazem crer. Mas esta mesma fragilidade poderá levar Jacarta a posições cada vez mais fechadas e obstinadas. O que só aumentará o preço da sua derrota.

TIMOR LESTE: ÍNDICE 1996

TÍTULO	DESCRITIVO	Nº
28 de Outubro: dia internacional de protesto	Solidariedade com o povo indonésio	128
A militarização escondida	Timor Leste: a presença militar indonésia	129
A opressão calça ténis	Indonésia: a exploração da mão-de-obra pela *Nike*	126
Acolhimento: contra a miopia	Portugal: a comunidade timorense	124
Aniversário da independência	Indonésia: o 17 de Agosto	127
Armas: um negócio sem crises	União Europeia: venda de armas à Indonésia	124
As eleições como direito político	Indonésia: a luta pela democracia	123
Austrália: sindicalismo activo	Austrália: solidariedade com sindicalistas presos	129
Austrália: novas tácticas	Austrália : acções da solidariedade	121
Áustria: derrota geral	Timor Leste: o 2º encontro intra-timorense	122
Banguecoque: efeitos perversos?	ASEM: Encontro Guterres/Suharto	122
Boxers queixam-se de golpes baixos	Timor Leste: a crise do emprego	127
Brasil: ainda a visita do PM português	Brasil	124
Brasil: Alatas discreto	Brasil: visita do MNE indonésio	128
Brasil: solidariedade municipal	Brasil: acções de solidariedade	121
Carter-Suharto: conversa acabada?	EUA-Indonésia: relações bilaterais	129
CDPM na WWWEB	CDPM: presença na Internet	128
CDPM/U. Coimbra: cooperação	CDPM: assinatura de protocolo	121
Comité de Descolonização: pela 35ª vez	ONU: sessão do Comité de Descolonização	126
Crise do PDI ou crise do regime?	Indonésia: as interferências do governo no PDI	125
Desafio à credibilidade	Indonésia: a acção da Comissão Nacional dos DH	129
Em ebulição	Papua Ocidental: sublevações anti-indonésias	122
EUA: venda de armas em questão	EUA: venda de armas	127
Forças da oposição emergem de todos os lados	Indonésia: a luta pela democracia	121
"Fui forçado a admitir..."	Indonésia: repressão	131
Genebra: menos que zero	ONU-Portugal-Indonésia: a 8ª ronda negocial	125
Grã-Bretanha: o maior investidor	Grã-Bretanha: investimentos na Indonésia	120
Guerrilha: combate filmado	Timor Leste: Resistência armada	130
Indonésia: boicote à família Suharto	Indonésia: campanha da oposição	127
Indonésia: *hackers* por Timor	Indonésia: piratas informáticos com Timor Leste	121
Indonésia: pela democracia	Indonésia: repressão	124
Japão: os passos positivos	Japão: solidariedade e política externa	129
K. Santana: não a uma visão militarista	Timor Leste: balanço de 95 e perspectivas para 96	125
Legitimidade da Resistência armada	CDPM	131
Londres: publicamente pouco	ONU-Portugal-Indonésia: a 7ª ronda negocial	120
Marconi: oferta	CDPM: oferta de equipamento informático	124
Megawati: a pós-Suharto?	Indonésia: a crise de 27 de Julho	127
Moçambique: cá estaremos	Moçambique: a morte de Carlos Vilares	120
Mons. Arns escreve a X. Gusmão	Brasil: solidariedade da Igreja Católica	128
Morte anunciada?	Moçambique: governo aproxima-se de Jacarta	121
Nike: protesto telefónico	EUA: campanha anti-*Nike*	124
Nobel da Paz: o impacto salutar	Nobel da Paz: reacções na Indonésia	130
Nobel: autodeterminação premiada	Nobel da Paz: atribuição do Prémio	129
O desgastar do inimigo	Timor Leste: Resistência armada	128
O manto diáfano da legalidade	Indonésia: repressão	130
O outono do Patriarca	Indonésia: a crise do regime	126
ONU: incentivos aos violadores	ONU: sessão 52ª da Comissão de Direitos Humanos	123
Os 50 anos de Xanana Gusmão	Timor Leste: aniversário de Xanana Gusmão	125
Ouro da *Freeport* perde brilho	Papua Ocidental: a exploração da riqueza mineira	122
Papua Ocidental: à procura de asilo	Papua Ocidental: papuanos pedem asilo político	124
Pell: em busca de uma solução	Timor Leste: relatório de viagem do Senador Pell	127
Perspectivas para Timor Leste	Indonésia: a luta pela democracia	131
Privilégios para alguns	Indonésia: a acumulação de capital	120
Protestos anti-Hawk	Grã-Bretanha: campanha contra a venda de armas	120
Selo assinala "12 de Novembro"	12 de Novembro: CTT assinalam data	130
Sobre o cidadão Mário Viegas, para Xanana	Portugal: Em memória de Mário Viegas	123
Solidariedade de luto	França: a morte de Michel Robert	127
Sombras sobre a economia Indonésia	Indonésia: a crise de 27 de Julho	128
Suharto: aviso aos ricos	Indonésia: as desigualdades sociais	128
Timor em construção	Brasil : acções da solidariedade	120
Timor Leste: Bispo talvez ausente...	Timor Leste: inauguração da estátua do Cristo-Rei	127

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317